



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

Pesquisas para a paz e o ativismo da cultura da paz

Vanessa Braga Matijascic

Como citar: MATIJASCIC, V. B. Pesquisas para a paz e o ativismo da cultura da paz. *In:* SALATINI, R.; DIAS, L. F. (org.). **Reflexões Sobre a Paz Vol. II paz e tolerância**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018. p. 37-54.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2018.978-85-7983-987-0.p37-54>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

PESQUISAS PARA A PAZ E O ATIVISMO

DA CULTURA DA PAZ

Vanessa Braga Matijascic

Tantas vezes reconhecido pelo nobre objetivo, e em outras oportunidades visto como ingênuo, o anseio pela paz assumiu na história da humanidade narrativas de cunho religioso presente nas três tradições monoteístas e alcançou movimentos da sociedade civil, especialmente, ao longo do século XX. Entre esses, destaca-se a Liga Internacional de Mulheres pela Paz e Liberdade (*Women's International League for Peace and Freedom*), organização não governamental fundada em 1915 quando o Congresso Internacional de Mulheres ocorreu em Haia, Países Baixos (BLACKWELL, 2004). Mesmo tomando como marco esse congresso, pode-se dizer que o termo “pacifismo” foi usado pela primeira vez como palavra para designar aqueles que perseguiram um conjunto de ideias entorno da busca pela paz no Congresso Universal da Paz¹ em Glasgow em 1901. Muito antes desse encontro, diversas organizações já eram comumente conhecidas por esse objetivo, sobretudo, na Europa antes da Primeira Guerra Mundial (CORTRIGHT, 2008, p. 8 et seq.).

¹ UNIVERSAL PEACE CONGRESS, 10-13 Sep. 1901, St. Andrew's Hall, Glasgow, Scotland. *Proceedings of the Tenth Universal Peace Congress*. London: Pub. Office of the Congress, 1902. Disponível em: <<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=hvd.32044103259156;view=1up;seq=1>>. Acesso em: 10 jul. 2017. <https://doi.org/10.36311/2018.978-85-7983-987-0.p37-54>

O rumo mais consistente dado a paz como campo de investigação científica ocorreu nos anos 1950 e 1960 quando uma universidade nos Estados Unidos e um instituto de pesquisa na Noruega iniciaram tais esforços, resultando em dois periódicos: *Journal of Conflict Resolution* e *Journal of Peace Research*. O primeiro foi gestado no *Center for Research on Conflict Resolution* na Universidade de Michigan, criado por Kenneth e Elise Boulding. Esse centro ficou reconhecido pelos estudos em resolução de conflitos. O segundo manifestou a vontade de Johan Galtung, após criar o Instituto de Pesquisas para a Paz de Oslo (*International Peace Research Institute of Oslo* – PRIO), em obter rigor teórico em pesquisas nessa área. Para tanto, Galtung redimensionou o entendimento de determinados conceitos, tais como paz e violência. Anos mais tarde, outra iniciativa de acadêmico, Adam Curle, consolidou uma cátedra e um programa de estudos da paz na Universidade de Bradford em 1973. Os professores e pesquisadores para a paz formados nesse ambiente universitário são conhecidos pela perspectiva bastante crítica das atuais estruturas de poder, a dinâmica da política internacional e da conjuntura de segurança internacional na contemporaneidade.

Dessa maneira, aproveitando a consolidação desses institutos, centros, programas e cátedras, e também certamente como reflexo do contexto de contenção da corrida armamentista nos anos 1960 e 1970 que impulsionou a busca por novos horizontes científicos, diversas outras iniciativas acadêmicas surgiram em diferentes partes do globo. Assim, as pesquisas para a paz (ou os estudos da/para a paz) surgiram como nova abordagem científica nos anos 1960 e com o protagonismo do PRIO. O objetivo era consolidar uma nova premissa científica que não partisse da naturalidade do fenômeno da guerra, redimensionando publicações de natureza interdisciplinar que pudessem perseguir alternativas para eliminar as diferentes formas de violência e alcançar a paz positiva.

O objetivo desse capítulo é apresentar os diferentes institutos de pesquisa vinculados a universidades que disseminaram essa vertente acadêmica, explicando os principais conceitos que guiaram a área (tais como a tipologia de paz e tipificações de violência). A partir desse mapeamento, que inclui centros de pesquisa em diversos continentes, pretende-se sinalizar como as pesquisas para a paz influenciaram em projetos práticos

de sustentação da cultura da paz por meio da atuação das organizações internacionais no Sistema das Nações Unidas. Entre esses exemplos, destaca-se o trabalho desenvolvido pela Organização das Nações Unidas para a Ciência, Cultura e Educação (UNESCO).

Para atender aos objetivos mencionados, dividiu-se esse texto em três seções: a primeira apresenta os conceitos inaugurados pela nova percepção de Galtung sobre paz e violência. Nessa mesma seção, fala-se sobre a concepção de conflito. Uma vez consolidada essa etapa, é possível entender as premissas que norteiam a produção científica que vale da pesquisa para alcançar soluções em médio e longo prazo em prol da paz. Assim, a segunda seção enaltece os projetos acadêmicos precursores e as especificidades de tais centros de excelência. Por fim, pretende-se abordar na terceira seção, como as pesquisas para a paz impulsionaram o ativismo pela cultura da paz, alcançando importantes projetos, tais como o Educação para a Paz da Organização das Nações Unidas para a Ciência, Cultura e Educação (UNESCO).

CONCEITOS DE PAZ E VIOLÊNCIA

No editorial do primeiro número do *Journal of Peace Research* (JPR) ficou estabelecida a vertente que definiria paz em contraposição a tradicional equivalência de paz como ausência de guerra e conflito, tão comum em ser dessa forma aprendido e ensinado em Relações Internacionais. Remetendo-se a uma abstração, Galtung (1964) identifica a possibilidade de duas condições conjunturais de mundo: “guerra geral e completa”, que presume o resgate do estado de natureza hobbesiano; e “paz geral e completa” que faz alusão a plena integração da sociedade. Para o fundador das pesquisas para a paz, os indivíduos sozinhos são capazes de empatia e solidariedade; no coletivo, são capazes de reciprocidade e cooperação. Logo, para ele a interação entre os homens é a natural realidade, enquanto que as diferenças existentes exprimem as incongruências de uma estrutura que promove inequidade, conflito de interesses e violência.

Dada a naturalidade que se entendia paz como ausência de guerra e do conflito, Galtung atribuiu a essa compreensão o termo paz negativa. Isso porque muitas vezes a ausência da beligerância não significa necessa-

riamente um entorno pacífico e com ausência de violência². Enquanto que a proposta que ele faz é a da paz positiva, presumindo-a como integração da sociedade humana. Tomando as duas referências de leitura de mundo como abstratas, os esforços que resultam no processo que levou a fundação das pesquisas para a paz é a busca por soluções que promovam a redução das desigualdades, da proliferação de armas, da violência inerente as estruturas em níveis: local, regional e internacional que vociferam contra a promoção da justiça social. Para essa mudança, Galtung preconiza que a antiga fórmula “se quer paz prepare-se para a guerra” não produziu efeitos que tivessem mudado a estrutura e as relações sociais. Assim, esse acadêmico reivindica a mudança “nas mentes” dos homens que começa por políticas para a paz em nível micro até alcançar o macro. Logo, uma das etapas possíveis de ascender a isso é pela educação que promove a mudança de mentalidades. Entre as diversas alternativas, Galtung faz o convite a toda a comunidade científica no editorial para buscarem soluções que reduzam a violência e promovam a paz.

Dado que alcançar a “paz geral e completa” é uma abstração, não se pode entender que a proposta dele é utópica posto que foi feito o convite para o processo longo e com finalidade que já se desenhou como abstrata, bem como sua contraposição (“guerra geral e completa”). Certamente, é também no editorial que ficou explícito o caráter multidisciplinar dessa área de pesquisa. Assim, há inicial impressão que, por ser muito abrangente, pouco pode ser alcançado a partir dessa perspectiva teórica. Mas, ao visualizar que há a proposta para consolidar um novo processo, as pesquisas para paz passam a não ter apenas uma natureza crítica da realidade, mas, pode-se dizer que vai além, pois sugere mudanças profundas sem o uso da violência como seria a clássica proposta marxista de revolução.

Poucos anos depois da publicação do editorial, Galtung (1969) delimitou o que ele denominou como violência. Nessa publicação ele fez

² Uma forma mais imediata de entender esse argumento é pensar no Brasil que é um país sem guerras há muitos anos. Todavia, quando comparado a países em guerra, não somente o Brasil, como também outros países da América Latina têm índices alarmantes de fatalidades e que superam países em beligerância. Nesse caso, a conjuntura transparece problemas de segurança pública (Cf. Fórum Brasileiro de Segurança Pública). Em 2016, o jornal britânico *Independent* divulgou que somente no ano de 2015 o número de fatalidades no Brasil foi superior ao da guerra civil na Síria. Disponível em: <<http://www.independent.co.uk/news/world/americas/brazil-deaths-violent-crime-syria-police-brutality-report-brazilian-forum-for-public-security-a7386296.html>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

extensa análise sobre os conceitos de paz, de violência e todas as suas implicações: como os fundamentos das pesquisas para a paz, o campo científico e as propostas que deveriam surgir a partir dessa perspectiva. De forma inovadora, a definição que ele exprimiu para violência como conceito estabelece-se quando as realizações dos seres humanos estão aquém do seu potencial, logo, a violência está presente quando existe uma inibição na capacidade de ação dos seres humanos. Nesses termos, admite-se que para existir violência são necessários um sujeito, um objeto e uma ação. Além disso, a violência é composta por algumas dimensões, tais como física e psicológica, visível e não visível (GALTUNG, 1969, p. 168–169).

A violência física é mais fácil de ser notada, pois é perceptível e material, afeta o corpo (objeto da ação). Já a psicológica, afeta o emocional do indivíduo e pode caracterizar-se por mentiras, ameaças e diversas estratégias de dominação. Assim, essa tipologia compreende as violências que colaboram para limitar a capacidade de sentir e pensar do ser humano.

Na mesma publicação de Galtung (1969), a “violência visível” é a “violência direta”, “violência manifesta” já que é observada por alguém, logo, o exemplo notório está contido na “violência física” e na “violência psicológica”, porque os agentes usam da ação violenta com o propósito de agredir, ofender ou eliminar os destinatários da ação. Já na violência não visível, ou “violência indireta”, estão contidos outros dois tipos de violências: a “violência cultural” e a “violência estrutural”.

Inicialmente é importante uma série de distinções entre os tipos de violência. O primeiro deles refere-se à diferença entre violência física e psicológica: o ponto de divergência está no fato de que a primeira atua no corpo, enquanto a segunda, no que não é tangível, mas faz parte do indivíduo, como o seu psicológico. Outro ponto importante para Galtung (1969) é a distinção entre violência pessoal e violência estrutural. Na primeira, há um sujeito, um ator, cometendo a violência, então ela é pessoal ou direta. Quando não há, ela é chamada de estrutural. Em ambos os casos, pode haver indivíduos mortos e/ou feridos. Porém, no tipo estrutural, trata-se de uma violência constituída dentro de uma estrutura (social, econômica), que se mostra evidente por meio da desigualdade e das disparidades de oportunidades oferecidas. Assim, mesmo que a elite promotora

das desigualdades seja removida da estrutura, qualquer outra que faça parte e não reformule a estrutura, irá reproduzir esse tipo de violência.

Um pouco depois da tipologia de violência que ele formulou nos anos 1960, Galtung escreveu sobre a violência cultural nos anos 1990. Podemos considerar a violência cultural, a partir da publicação do norueguês (1990), como sendo a base para a violência indireta, uma vez que ela pode ser qualquer aspecto cultural que enseja a intolerância por razões de religião, ideologia, linguagem, raça, etnia, etc. A violência estrutural, por sua vez, está inserida nas estruturas sociais e está relacionada diretamente a injustiças sociais. Exemplos podem ser situações de exploração, discriminação ou de marginalização de indivíduos na estrutura social.

Tratada dessa maneira, visualiza-se o “triângulo da violência de Galtung” onde no ápice está a violência visível (violência direta) e na base, compondo cada vértice, estão as manifestações invisíveis e indiretas de violência que são a violência cultural e violência estrutural. Posto que há interface entre elas, para Galtung (1990), a violência pode começar em qualquer vértice do triângulo e ser transmitida para os outros. Desse modo, a violência pode ser iniciada originalmente na base: como violência cultural, migrando para violência estrutural, até ser manifestada como violência direta.

Por fim, trabalhada a ideia de violência de acordo com Galtung, pode-se chegar ao conceito de paz positiva, uma vez que esse entendimento de paz é a ausência de qualquer forma de violência (GALTUNG, 1969). Para melhor compreender, o autor separa a redução da violência direta alicerçada na realização da paz negativa e a redução e eliminação das violências indiretas (cultural e estrutural) como fecundas para alcançar a paz positiva. Na primeira vertente, instituições internacionais, tais como a Organização das Nações Unidas (ONU) promovem ações para lidar com o estancamento de conflitos internacionais. Todavia, essa ação é insuficiente já que não elimina estruturas desiguais.

Pensando apenas na violência estrutural, Galtung (1969) afirma que sua principal causa é, como dito anteriormente, a desigualdade, especificamente aquela ligada à distribuição de poder político e econômico. Neste caminho, o autor elabora a seguinte questão: quais fatores são

propensos a assegurar a desigualdade? O autor também faz alguns questionamentos sobre a relação da violência estrutural com a violência pessoal. Apesar de considerar os dois tipos de violência como empiricamente independentes, Galtung questionou-se se a presença de um tipo indica a ausência de outro ou ainda se um tipo de violência não supõe a latência da outra. Num campo mais imediato, ele pergunta: “seria um tipo de violência necessário ou suficiente para abolir o outro?” Por certo, é necessário fazer mais algumas considerações.

A primeira diz respeito a remota suficiência da violência estrutural acabar com a pessoal. Para Galtung, a hipótese é de difícil realização, pois o conflito entre os grupos segregados pelas estruturas não cessa tão facilmente; pode-se dizer, outrossim, que a estrutura serve para compartimentar a violência pessoal, causando períodos de ausência ou presença dela na sociedade. A segunda consideração é sobre a necessidade da violência estrutural para abolir a pessoal, ao que o autor responde negativamente, pois a abolição da violência pessoal, segundo ele, depende de ações individuais e de relações de outros âmbitos que não condizem com a estrutura social.

Num próximo momento, Galtung questiona se a violência pessoal é suficiente para abolir a estrutural, o que ele prontamente considera improvável, já que a violência pessoal contra os grupos privilegiados pode ser eficiente para acabar com essa elite pontualmente (sendo um ato naturalmente violento); porém, acabar com uma estrutura violenta refere-se a outro processo, mais complexo e longo do que o presente: não se elimina essa estrutura aniquilando um grupo privilegiado que gerencia a violência. Galtung afirma que acabar com os grupos privilegiados é plausível e palpável em curto prazo; acabar com a estrutura violenta é algo longínquo, que deve ser planejado e praticado por anos. Logo, esse é o desafio imposto pela perseguição da paz positiva nas pesquisas para a paz: produzir conhecimento que vislumbre a reformas das estruturas ou a construção de novas estruturas.

Nessa proposição normativa de ciência, não há estímulo a ruptura das estruturas pela violência e muitas vezes pode-se indagar a real viabilidade desse campo do conhecimento. Rebatendo as críticas, ele defendeu que “[...] os Estudos para a Paz, eticamente orientados para a paz (por oposição à violência e à guerra), não serão menos rigorosos do

que a investigação médica, eticamente orientada para a cura (por oposição à doença).” (GALTUNG, 1996, p. 1). Por tratar-se do precursor da corrente, esse acadêmico é por diversas vezes citados. Mas, a perspectiva apresentada não é unidirecional e há uma série de outros acadêmicos e perspectivas plurais dessa área. Para dar conta desse vasto campo é que se dedica a próxima seção.

A EVOLUÇÃO DAS PESQUISAS PARA A PAZ

Especificamente, os fenômenos da paz e da guerra foram recorrentemente analisados a partir do interesse do Estado por comandantes militares, estadistas e acadêmicos de diversas áreas do conhecimento. Dessa maneira, a paz considerada pela vertente tradicional da teoria das relações internacionais, o realismo (e o que dele deriva), é a paz negativa equivalendo a ausência de guerra e conflito dentro do Estado e/ou no sistema internacional. Logo, os marcos históricos, tais como o Tratado de Versalhes (1919), simboliza paz como o fim da Primeira Guerra Mundial (1914–1918).

Não somente em Relações Internacionais, como também noutras áreas das humanidades, a compreensão de paz sempre esteve alicerçada na ocasião em que não há beligerância. Logo, por mais que o centro de conflitos da Universidade de Michigan tenha inaugurado nos anos 1950 a análise e estudos de conflitos, quando geralmente guerra era o fenômeno social estudado, o enfoque estava na redução da incidência e da extensão dos confrontos armados. Dessa maneira, a finalidade era cumprir com estudos científicos que equacionassem a melhor forma para agilizar esse processo, mais uma vez obtendo o fim das hostilidades que é a realização da paz negativa. Nesses termos, ao sintetizar as principais vertentes das pesquisas para a paz, Celestino Arenal (1987, p. 553–554) classificou a primeira, paz como ausência de guerra, como corrente minimalista; o enfoque de redução de conflitos armados, entre os seguidores do centro criado na Universidade de Michigan, como corrente intermediária; e aquele inaugurado por Galtung como a corrente maximalista. Com isso, há uma vasta área de pesquisas para a paz cujo enfoque desdobra-se nas inovações propostas por aqueles centros fundadores e os novos centros emergentes.

Destaca-se que há majoritariamente produção científica em países desenvolvidos e poucos centros e programas de pós-graduação/graduação com esse enfoque nos países em desenvolvimento.

Na concepção maximalista, as pesquisas para a paz propuseram o rompimento com a distinção positivista entre teoria e prática para assumir uma posição valorativa quanto a paz positiva como objetivo a ser perseguido. Logo, a vertente tem por finalidade propor modelos analíticos e políticas (internacionais ou públicas) que auxiliem nesse processo, sendo necessariamente a natureza da produção teórica “prospectiva e prescritiva” (PUREZA, 2001, p. 14). Outros classificaram as pesquisas para a paz como “teoria normativa” (PUREZA; CRAVO, 2005, p. 4). De qualquer modo, a ambição dessa perspectiva é a da transformação profunda das estruturas de poder vigentes, logo, não se trata de negar a realidade. De fato, a concepção maximalista conhece profundamente as imbricações das estruturas que promovem a violência nas relações sociais, por meio de estudos empíricos que denunciam as desigualdades.

Pensando dessa maneira, qual é a novidade trazida pela vertente maximalista já que as outras correntes acadêmicas também fizeram isso? A inovação está em propor o novo rumo ao processo gradual que desarticula a vigência das atuais estruturas de poder político e econômico. Para isso, o nível de análise vai além da centralidade dos Estados e alcança dinâmicas intra-estatais e transnacionais. Posto que a solução não está no imperativo marxista da revolução, nem na promoção da paz pela ausência de guerra e tão pouco no fortalecimento das instituições internacionais, Galtung (1971) discutiu que há “imperialismo” no coletivo das estruturas, configurando relações sociais de dominação onde há um lado central e outro periférico. Todavia, ele considerou reducionista a vertente marxista ao debater sobre as relações de dominação circunscritas a primazia da exploração econômica. Logo, Johan Galtung argumentou que há relações de dominação para além do Estado e da esfera econômica, naturalmente sendo manifestada por diversos conflitos de interesses entre grupos sociais cujas origens podem ser políticas, culturais, étnicas, religiosas, entre outras.

No mesmo artigo, ele também ponderou o problema frequentemente existente nas mediações internacionais de conflitos ou mediações de terceiras partes que assumem uma postura ativa, de saber mais sobre

o conflito deflagrado do que as próprias partes envolvidas. Assim, essa fórmula verticalizada de mediar as negociações não poderia levar a mudança da estrutura. Posteriormente, essas premissas que ele levantou no artigo favoreceram o desenvolvimento da linha acadêmica de resolução de conflitos. Essa vertente, com aplicação prática, resultou no que a ONU desenvolveu nos anos 1990 e também em práticas mais horizontais de interação com as partes em contenda (RAMSBOTHAM; WOODHOUSE; MIAL, 2011). Nessa linha, Lederach (2011) inovou com a proposta da “transformação do conflito” que pode ser entendida como a interação da terceira parte que tem a responsabilidade de conduzir os diálogos entre os diversos grupos em contenda para outro patamar, mas não impondo uma direção. Logo, são as partes em litígio que definem quais serão os acordos estabelecidos num processo longo e gradual. E isso difere bastante da prática da ONU, posto que há orçamento de Estados envolvido e tempo pré-estabelecido para a execução.

Outra ideia a ser destacada de Galtung sobre o imperialismo definido no artigo, é recordar que essa produção analítica foi contemporânea ao período da *détente* (SARAIVA, 2008) quando muitos movimentos sociais, grupos de pesquisa e tomadores de decisão estavam trabalhando em temas tais como: o desarmamento, a transformação do sistema global desigual, as questões ambientais e a análise dos processos de negociação e mediação.

Com notório desenvolvimento na Europa Ocidental, as pesquisas para a paz alcançaram outros países e de outros continentes, tais como: Canadá e Estados Unidos ainda nos anos 1970 (LOPEZ, 1985, p. 117). Toma-se como exemplo algumas das reconhecidas universidades da Europa Ocidental, além daquelas já mencionadas no início do capítulo: Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI), Suécia; Tampere Peace Research Institute, Finlândia; Copenhagen Peace Research Institute, Dinamarca; City University, Reino Unido; Free University, Alemanha; Uppsala University, Suécia. Em 1971, a UNESCO identificou mais de 140 institutos e programas de pesquisas para a paz ao redor do globo (LOPEZ, 1985, p. 120). No levantamento, pode-se perceber que existiam centros voltados para a educação para a paz e pesquisa. Logo, os centros de pesquisa concentravam-se em teoria, história, investigações

empíricas num nicho; perspectivas valorativas noutras; e havia menor concentração em desenvolvimento de métodos específicos de pesquisa para a área (EVERTS, 1972). Até mesmo uma associação científica de pesquisas para a paz foi formada em 1964, a *International Peace Research Association*.

Quanto aos institutos de pesquisa para a paz em países em desenvolvimento, destacam-se alguns, tais como: Institute of Peace and Conflict Studies, Nova Deli, Índia; Universidade das Nações Unidas (uma na Costa Rica e outra em Tóquio); Malaviya Centre for Peace Research, Varanasi, Índia; African Centre for Peace Research, Ilorin, Nigéria; Peace and Conflict Studies, International Islamic University, Malásia.

Pode-se dizer, portanto, que tamanha variedade de produção desenvolvida oscila entre os centros que produzem pesquisas em torno do que se definiu como paz negativa e paz positiva. Assim, Oliveira (2017, p. 155) definiu no primeiro recorte os temas que convergem com a violência explícita: razões, causas e dinâmicas das guerras e conflitos. Os pesquisadores que se inclinam nesse eixo atuam na compreensão dos processos de negociação, na atuação das Organizações Internacionais, no desarmamento e controle de armas (nucleares, químicas e biológicas) e qualquer forma de supressão da violência física e direta. A perspectiva da paz positiva reúne temáticas, tais como: mudança de mentalidades, relações sociais, educação, cooperação entre países e outras propostas que deem amplitude a referida “integração humana” de Galtung.

Uma vez cumprida essa etapa, o fim da Guerra Fria gerou oportunidades para a ONU. A euforia com o fim do socialismo e a profusão de novos conflitos em países em desenvolvimento fez com que o secretário-geral da época, Boutros Boutros-Ghali (1992–1997), adotasse uma agenda internacional conhecida como “Uma Agenda para a Paz” em 1992. Durante os anos 1990, a contribuição das pesquisas para a paz foi dividida em vertentes: uma contribuindo com ferramentas de resolução de conflitos, outra criticando a atuação da ONU nas operações de paz por não corresponder a materialização dos valores descritos na Carta de São Francisco. Tal década também convergiu com a profusão de teorias pós-positivistas das relações internacionais. Nesse rico cenário, uma das vertentes das pesquisas para a paz inclinou-se em oferecer apoio ao que a ONU realizava em campo. Nesse aspecto, descaracterizou a fundação crítica da corrente.

Pureza e Cravo (2005, p. 6) anunciaram que houve cooptação das pesquisas para a paz pelas estruturas internacionais de poder. Assim, as críticas a essa corrente, bem como a frequente acusação de que a paz liberal promovida pela ONU era insuficiente para proteger os indivíduos, culminou com a chamada “virada local” a partir dos anos 2000 (BORGES; MASCHIETTO, 2014), na qual a nova produção científica das pesquisas para a paz migraria de abordagens verticalizadas de promoção da paz para a busca do saber dos atores locais sobre as respostas para o próprio processo de condução a paz. Nesse resgate, ferramentas bem práticas, tais como aquelas utilizadas por Lederach (2011) reorientam e inspiram o foco de acadêmicos “praticantes” de suas fórmulas/modelos/políticas, com análises que buscaram consolidar conhecimento sobre atores locais em processos de recuperação de países que passaram por conflitos ou guerras civis (CHANDLER, 2013; RICHMOND, 2015).

No balanço mais recente, Diehl (2016, p. 2–3) critica que o avanço das pesquisas para a paz problematizou muito mais estudos com o resgate da paz negativa do que da paz positiva. Ele mencionou uma série de categorias de paz e denominações que foram desenvolvidas desde a fundação da corrente maximalista, sendo que grande parte desse desenvolvimento está em categorias associadas a paz negativa. Por outro lado, no levantamento que esse acadêmico fez sobre as simbólicas entregas do Prêmio Nobel da Paz entre os anos 1901 e 2015 (DIEHL, 2016, p. 3), percebe-se que, a partir da Guerra Fria, muitas lideranças foram reconhecidas pela promoção de paz positiva e com ações atinentes ao desenvolvimento, defesa de direitos humanos e promoção da igualdade de gênero.

Posto que é pertinente a crítica que Diehl levanta sobre a parca produção científica que envolva a paz positiva, percebe-se que o avanço se deu em ações de pessoas que sequer estiveram envolvidas com a corrente maximalista enquanto acadêmicas. Há algumas iniciativas que remontam a vertente crítica das pesquisas para a paz. Sobretudo, defende-se que acadêmicos de países em desenvolvimento devem alargar o próprio arcabouço teórico sobre violência e buscar alternativas que estejam amparadas nas realidades observadas. Dessa maneira, evita-se apenas a assimilação do que é produzido nos centros de pesquisas para a paz de países desenvolvidos que têm um quadro conjuntural de violência bastante distante dos países em

desenvolvimento (MATIJASCIC; BUENO, 2017). Nesse aspecto, a Rede de Pesquisa em Paz, Conflitos e Estudos Críticos de Segurança (PCECS) vem sendo uma alternativa, com alguns resultados imediatos como: as publicações no endereço eletrônico do PCECS e com os encontros anuais, I e II Encontro Brasileiro de Estudos para a Paz.

Resgatando o estudo mencionado pela UNESCO, essa agência especializada da ONU foi aquela que mais se interessou pela emergência da corrente maximalista. Destaca-se na próxima seção a importância dos projetos desenvolvidos, como a promoção da Cultura para a Paz e o Educação para Todos.

O ATIVISMO DA CULTURA DA PAZ E A UNESCO

A UNESCO é uma das agências especializadas criada no pós-guerra. Em novembro de 1945, vinte países³ assinaram a Constituição que assumiu o compromisso de contribuir para a difusão e desenvolvimento da ciência, cultura e educação pelo mundo. Em novembro de 1946, a UNESCO, com sede em Paris, passou a trabalhar em prol da paz e segurança, da promoção da cooperação entre as nações, do respeito universal à justiça, direitos humanos, educação e liberdades fundamentais. Nos termos da Constituição da UNESCO também consta uma premissa que a aproximou das pesquisas para a paz “Como as guerras se iniciam nas mentes dos homens, é na mente dos homens que as defesas da paz devem ser construídas”.

A UNESCO acompanhou o surgimento dos programas de estudo para a paz nos anos 1970 (LOPEZ, 1985, p. 120) com o objetivo de verificar quais metodologias foram desenvolvidas. Grande parte desse interesse surgiu para perceber o que poderia ser aproveitado pela agência. Em 20 de novembro de 1997, a ONU proclamou que o ano 2000 seria o Ano Internacional da Cultura da Paz e marcou o início da mobilização mundial para realizar ações concretas em torno dessa temática. Um ano depois, a ONU instituiu que a década entre os anos de 2001 e 2010 seria a Década

³ África do Sul, Arábia Saudita, Austrália, Brasil, Canadá, China, Checoslováquia, Dinamarca, Egito, Estados Unidos, França, Grécia, Índia, Líbano, México, Nova Zelândia, Noruega, República Dominicana, Reino Unido e Turquia.

Internacional da Promoção da Cultura da Paz e Não Violência. Acima de tudo, a UNESCO programou um Plano de Ação contemplando: educação para a paz, a promoção da economia e desenvolvimento sustentável, respeito aos direitos humanos, igualdade entre homens e mulheres, democracia participativa, tolerância, fluxo livre de informações e incentivo ao desarmamento (A/RES/53/243).

Na mesma resolução, a cultura da paz foi definida como um conjunto de valores, atitudes e comportamentos que rejeitam a violência, previnam a deflagração de conflitos a partir da detecção das raízes do confronto armado e tenham como objetivo resolver problemas com diálogo e negociação. De forma inclusiva, a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990) foi o resultado da Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia. Essa reunião preparou ministros de diversos países para estarem atentos quanto a inclusão de diferentes pessoas no sistema educacional, além de incentivar o acesso a educação para todos os cidadãos. A Conferência ocorreu a partir do incentivo político do Banco Mundial em parceria com o Fundo das Nações Unidas para Crianças (UNICEF) e UNESCO (JONES; COLEMAN, 2005).

A inclusão do primeiro ponto, inserir diferentes pessoas no sistema educacional, foi importante para o pleno exercício da tolerância e compreensão sobre a diversidade em sala de aula, posto que o desafio era integrar crianças e adolescentes com alguma mobilidade reduzida e/ou deficiência intelectual. O outro desafio era fazer com que a educação chegasse ao patamar universal, sabendo que esse não era um direito de todos em muitos países. Assim, como parte vinculante de todos esses objetivos, o programa Educação para Todos, norteador pela educação para a paz (UNESCO), integrou os debates da Assembleia Geral a partir da Cúpula Mundial em 2000. Neste encontro, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio tornaram-se um conjunto de metas que incluíram educação como prioridade e o recorte temporal estabelecido para o balanço final foi o ano de 2015. Alcançada essa data, e certificada a necessidade de renovação da expansão do ensino primário e secundário em escala universal⁴, os compro-

⁴ O ensino primário sistematiza todo o conhecimento a ser apreendido pelo estudante durante a infância, sendo que a transição para o ensino secundário acontece quando o estudante alcança a adolescência. No sistema educacional brasileiro, o primeiro exemplo consiste no ensino fundamental enquanto que o segundo consiste no ensino médio.

missos renovados estão na atual agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para novo balanço final previsto para o ano de 2030.

Qualquer processo que ambicione redução e eliminação da violência contempla o acesso e a melhoria da educação nos países. Segundo a UNESCO (2013), ainda há quatro anos existem mais de cinquenta por cento das crianças fora da escola. Reverter esse quadro é um grande desafio que norteia e norteou a condução das metas, de 2015 e de 2030, com algumas conquistas e em processo longo e gradual. Dado que a mudança de mentalidades passa pela educação, quando a UNESCO coloca como um dos objetivos assegurar sociedades pacíficas como missão da agência, a primeira deve ser estimular o acesso universal a educação. Para tanto, uma série de parcerias é necessária. Nesse aspecto, a UNESCO também ingressa como estimuladora do processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se entender que não há necessariamente uma cisão entre conhecimento científico e prático nas pesquisas para a paz e muitas redes, instituições e atores estão envolvidos na busca por alternativas que proponham soluções. Não se pretendeu demonstrar que o surgimento da UNESCO, ou até mesmo do programa Educação para Todos, está alicerçado no que preconizou essa linha de pesquisa, até mesmo porque é anacronismo afirmar isso. A agência está solidamente amparada na Carta de São Francisco e nos compromissos nela registrados.

Tendo em vista os compromissos da Carta e a missão da UNESCO, existiu o notório aproveitamento dessa nova corrente de pesquisa quanto nova fonte de alternativas para buscar ideias que pudessem promover sociedades pacíficas. Contudo, o desafio é impulsionar o acesso a educação para todos em países em desenvolvimento enquanto as estratégias de qualidade do sistema de ensino são implantadas em províncias e regiões nas quais esse direito já é assegurado.

Quanto ao desenvolvimento e a evolução das pesquisas para a paz, é muito importante notar que embora a mesma tenha tido ensejo no período da *détente* não está apenas circunscrito a ela. Isso quando se

estende o olhar para os movimentos pacifistas do século XIX e início do século XX como parâmetros de primórdios de indivíduos preocupados com soluções práticas voltadas para a paz. Com esse histórico, enxergando a universidade como catalisadora das demandas da sociedade, exatamente essas universidades e institutos de pesquisa que propuseram a reflexão que assumiu o contorno de um campo de pesquisa que rompeu com a neutralidade em busca de utilizar a ciência como meio para alcançar melhoria da realidade que presume violências direta, estrutural e cultural. Nesses termos, Galtung foi um marco que se desdobrou na evolução de diferentes respostas para a busca da paz positiva.

Uma vez que a atual evolução dessa literatura foi reorientada para a análise das respostas locais quanto ao problema da paz, resta a dúvida a ser respondida no futuro que é: se, em detrimento de um motor propulsor do desenvolvimento da área em notórios centros de excelência, haverá a plena fragmentação em busca de respostas locais que se percam no processo. Não se adota uma posição pessimista porque muitas propostas universalizantes experimentadas durante o século XX fraquejaram em proporcionar uma sociedade mundial mais justa e pacífica. Mesmo o liberalismo que se desenvolveu de forma notória nos segmentos econômicos e políticos, não promoveu menos guerras e conflitos naquele século e no corrente XXI. Logo, o que se pode esperar das respostas locais aos processos de busca pela paz positiva é muito possível de funcionar em determinadas realidades e regiões geográficas. Todavia, seria um equívoco notório repetir fórmulas universalizantes de aplicação de processos bem-sucedidos em determinados países, alimentando a expectativa de que o resultado seja o mesmo. As sociedades são bastante plurais e cada processo histórico é singular.

REFERÊNCIAS

ARENAL, C. La investigación sobre la paz: pasado, presente y futuro. In: CONGRESO INTERNACIONAL SOBRE LA PAZ, 1987, México. *Anales...* México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1987. t. II, p. 549–586.

BLACKWELL, J. *No peace without freedom: Race and the Women's International League for Peace and Freedom, 1915–1975*. Carbondale: Southern Illinois University Press, 2004.

BORGES, M.; MASCHIETTO, R. H. Cidadania e empoderamento local em contextos de construção da paz. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 105, p. 65–84, 2014.

CHANDLER, D. Peacebuilding and the politics of non-linearity: rethinking ‘hidden’ agency and ‘resistance’. *Peacebuilding*, v. 1, n. 1, p. 17–32, 2013.

CORTRIGHT, D. *Peace: a history of movements and ideas*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

DIEHL, P. Exploring peace: looking beyond war and negative peace. *International Studies Quarterly*, Beverly Hills, v. 60, p. 1–10, 2016.

EVERTS, P. P. Developments and trends in peace and conflict research, 1965–1971: a survey of institutions. *Journal of Conflict Research*, v. 16, n. 4, p. 477–510, 1972.

GALTUNG, J. An editorial. *Journal of Peace Research*, London, v. 1, n. 1, p. 1–4, 1964.

_____. Violence, peace and peace research. *Journal of Peace Research*, London, v. 6, n. 3, p. 167–191, 1969.

_____. A structural theory of imperialism. *Journal of Peace Research*, London, v. 8, n. 2, p. 81–117, 1971.

_____. Cultural violence. *Journal of Peace Research*, London, v. 27, n. 3, p. 291–305, 1990.

_____. *Peace by peaceful means: peace and conflict, development and civilization*. London: Sage, 1996.

JONES, P.; COLEMAN, D. *The United Nations and education: multilateralism, development and globalization*. New York: Routledge Falmer, 2005.

LEDERACH, J. P. *Transformação de conflitos*. São Paulo: Palas Athenas, 2011.

LOPEZ, G. A. A University Peace studies curriculum for the 1990s. *Journal of Peace Research*, London, v. 22, n. 2, p. 117–128, 1985.

MATIJASCIC, V.; BUENO, N. Exploring peace in the global south: partnerships and challenges. *Mundorama: Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais*, Brasília, DF, v. 11, n. 114, fev. 2017. Disponível em: <<https://www.mundorama.net/?p=21799>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

OLIVEIRA, G. C. Estudos da paz: origens, desenvolvimentos e desafios críticos atuais. *Carta Internacional*, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148–172, 2017.

PUREZA, J. M. Estudos sobre a paz e cultura da paz. In: _____. (Org.). *Para uma cultura da paz*. Coimbra: Quarteto Editora, 2001. p. 33–42.

PUREZA, J. M.; CRAVO, T. Margem crítica e legitimação nos estudos para a paz. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, v. 71, p. 5–19, jun. 2005.

RAMSBOTHAM, O.; WOODHOUSE, T.; MIAL, H. *Contemporary conflict resolution: concepts and definitions, and conflict*. Cambridge: Polity Press, 2011.

RICHMOND, O. P. The dilemmas of a hybrid peace: negative or positive? *Cooperation and Conflict*, London, v. 50, n. 1, p. 50–68, 2015.

SARAIVA, J. F. S. (Org.). *História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização*. São Paulo: Saraiva, 2008.

UNESCO. EFA Global Monitoring Report. Children still battling to go to school. *Policy Paper*, n. 10, jul. 2013.

DOCUMENTOS DA ONU

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Assembleia Geral das Nações Unidas. A/RES/53/243. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/53/243>. Acesso em: 8 jun. 2018.